



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

LEI Nº 9.320

De 18 de julho de 2018

Autógrafo nº 161/18 - Projeto de Lei nº 114/18

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Araraquara

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2019 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,

Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão extraordinária de 26 (vinte e seis) de junho de 2018, promulga a seguinte lei:

Art. 1º Nos termos da Constituição Federal, art. 165, § 2º, da Lei nº 4.320/64 e da Lei Orgânica do Município, esta Lei fixa as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2019, orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, estabelece as normas e disposições de controle da execução orçamentária, bem como dispõe sobre as alterações na legislação tributária e atende às determinações impostas pela Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 e Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 2º As diretrizes orçamentárias, para elaboração da proposta orçamentária abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo e as entidades da Administração Direta e Indireta, observando-se os seguintes eixos estratégicos:

- I. Gestão pública democrática, participação popular, transparência e controle social;
- II. Desenvolvimento e sustentabilidade;
- III. Qualidade de vida e efetivação de direitos sociais.

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária Anual, relativo ao exercício de 2019, deve assegurar os princípios de justiça social, justiça tributária, de controle social e de transparência na elaboração e execução do orçamento, assim considerados:

- I. Os princípios de justiça social e tributária implicam em assegurar, na elaboração e execução do orçamento, projetos e atividades que venham a reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da cidade, combater a exclusão social e gerar oportunidades de trabalho e renda;

16:57 20/07/2018 008857 PROTOCOLO CÂMARA MUNICIPAL ARARAQUARA



Folha	973
Proc.	551/2019
Resp.	Cont

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- II. O princípio de controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento e nas decisões sobre implementação e fiscalização de políticas e serviços públicos;
- III. O princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento e à prestação dos serviços públicos.

Art. 4º Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração, execução e fiscalização do orçamento, por meio das Plenárias do Orçamento Participativo, do Conselho Municipal do Orçamento Participativo, dos Conselhos Municipais de políticas públicas e demais formas de participação social, tais como conferências, audiências públicas, ouvidoria, entre outros.

CAPÍTULO II

DAS METAS E PRIORIDADES

Art. 5º As metas de resultados fiscais do município para o exercício de 2019 são aquelas apresentadas no Demonstrativo de Metas Fiscais, integrante desta Lei, desdobrados em:

- I. Demonstrativo I – Metas anuais;
- II. Demonstrativo II – Avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior;
- III. Demonstrativo III – Metas fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores;
- IV. Demonstrativo IV – Evolução do patrimônio líquido;
- V. Demonstrativo V – Origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
- VI. Demonstrativo VI-A – Avaliação da Situação Financeira do RPPS;
- VII. Demonstrativo VII – Estimativa e compensação da renúncia de receita;
- VIII. Demonstrativo VIII – Margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
- IX. Anexo V – Descrição dos Programas Governamentais / Metas / Custos para o exercício;



Folha	979
Proc.	151/2018
Resp.	Poder

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

X. Anexo VI – Unidades Executoras e Ações voltadas ao desenvolvimento do Programa Governamental.

Parágrafo único. Os demonstrativos I e III de que trata o "caput" são expressos em valores correntes e constantes. Caso ocorram mudanças no cenário macroeconômico do País, seus valores poderão ser alterados, conforme Decreto do Poder Executivo.

Art. 6º Integra esta Lei o anexo denominado Anexo de Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, com indicação das providências a serem tomadas pelo Poder Executivo caso venham a se concretizar.

CAPÍTULO III

DOS PRAZOS

Art. 7º O Poder Executivo enviará até 30 de setembro o Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal, que o apreciará até o final da sessão legislativa, devolvendo-o a seguir para sanção e demais providências.

§ 1º A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2019 e a remeterá ao Executivo até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do Projeto de Lei Orçamentária àquele poder.

§ 2º Os Órgãos da Administração Indireta enviarão suas propostas orçamentárias parciais para o exercício de 2019, baseada nesta lei e no Plano Plurianual 2018/2021, até o dia 20 de julho de 2018, à Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular.

Art. 8º Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2019, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, no limite de 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo único. A limitação de 1/12 (um doze avos) em cada mês, a que se refere o "caput" deste artigo, não se aplica às despesas de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do inciso II do § 3º do artigo 166 da Constituição Federal.

Art. 9º O Legislativo e as entidades da administração indireta integrantes do orçamento público deverão encaminhar mensalmente, para fins de consolidação das contas públicas, ao Poder Executivo, até o dia 10 do mês subsequente ao encerramento do mês, os relatórios



Folha	975
Proc.	151/2018
Resp.	Prav

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

demonstrativos das receitas e despesas, além de outros que se fizerem necessários para esse fim.

Parágrafo único. Em caso de não observância ao disposto no "caput" por parte das entidades, as prestações de contas aos sistemas de controles externos exercidos pelo Tribunal de Contas do Estado e pelos Ministérios seguirão sem as informações das entidades e o fato será imediatamente comunicado ao Tribunal de Contas do Estado para providências.

CAPÍTULO IV

DA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Art. 10. As unidades orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas orçamentárias parciais, deverão atender a estrutura orçamentária e as determinações emanadas pelos setores competentes da área.

Art. 11. A proposta orçamentária, que não conterà dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização e à participação popular; conterà ainda reserva de contingência e compreenderá o orçamento fiscal e da seguridade social referente aos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, fundações de direito público, bem como das fundações públicas de direito privado instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedade de economia mista e demais entidades em que o ente, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos do Tesouro Municipal.

§ 1º A execução orçamentária e financeira das despesas realizadas de forma descentralizada observarão as normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro, ressalvado as despesas consideradas irrelevantes, que não ultrapassem a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida.

Art. 12. A discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á no mínimo por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa, nos termos do art. 6º da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, e demais orientações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



Folha	476
Proc.	151/2018
Resp.	Pouso

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 13. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 14. As receitas e as despesas serão estimadas, tomando-se por base o índice de inflação apurado nos últimos 12 (doze) meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês.

§ 1º Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária.

§ 2º As taxas de poder de polícia deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 15. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhar ao Poder Legislativo compor-se-á de:

- I. Mensagem, contendo justificativa;
- II. Projeto de lei orçamentária anual;
- III. Tabelas explicativas a que se refere o inciso III, do artigo 22, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;
- IV. Sumário geral da receita por fontes e da despesa por funções de governo;
- V. Sumário geral da receita e despesa, por categorias econômicas;
- VI. Quadro das dotações por órgãos do governo e da administração;
- VII. Demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do Ensino;
- VIII. Demonstrativo do cumprimento da Emenda Constitucional nº 29/2000.
- IX. Demonstrativos discriminando a totalidade das receitas e das despesas das Entidades das Administrações Direta e indireta.

Art. 16. Caso os valores previstos nesta Lei se apresentem defasados na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, poderão ser reajustados aos valores reais, compatibilizando a receita orçada com a despesa autorizada.



Folha	927
Proc.	151/2018
Resp.	Caio

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a executar a compatibilização entre as peças de planejamento (PPA 2018/2021 e LDO 2019) caso ocorra o evidenciado no "caput" deste artigo.

Art. 17. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência do Poder Executivo e demais órgãos da administração indireta, que será equivalente a no máximo 5% (cinco por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2018, e será destinada a:

- I. Cobertura de créditos adicionais;
- II. Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 18. O planejamento orçamentário do Município será elaborado e acompanhado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Participação Popular, com auxílio do Comitê Municipal de Execução Orçamentária e Financeira.

Parágrafo único. Entende-se por planejamento orçamentário os seguintes instrumentos de planejamento: PPA - Plano Plurianual, LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA - Lei Orçamentária Anual.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 19. Visando ao aperfeiçoamento e atualização da legislação, o Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

- I. Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;
- II. Revogações das isenções tributárias que contrariem o interesse público e a justiça fiscal;
- III. Revisão das taxas objetivando sua adequação aos custos efetivos dos serviços prestados e ao exercício do poder de polícia do Município;
- IV. Atualização da Planta Genérica de Valores ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
- V. Aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança, execução fiscal e arrecadação de tributos.



Folha	978
Proc.	151/2018
Resp.	Coind

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 20. Os projetos de lei de concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita deverão atender as disposições contidas no artigo 14 da Lei Federal Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VI

REPASSES AO TERCEIRO SETOR

Art. 21. A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar:

- I. Lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;
- II. Os dispostos, no que couber da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;
- III. Os dispostos, no que couber do Decreto Municipal nº 11.434, de 18 de julho de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre as regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a Administração Pública do Município de Araraquara e as Organizações da Sociedade Civil.

CAPÍTULO VII

DA LIMITAÇÃO DAS DESPESAS

Art. 22. Na forma do art. 13 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária, o Executivo estabelecerá as metas bimestrais para a realização das receitas, e o Cronograma de Desembolso mensal.

§ 1º Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário fixados no Anexo de Metas Fiscais, por atos a serem adotados nos 30 (trinta) dias subsequentes, o Executivo e o Legislativo determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados estabelecidos.

§ 2º Ao determinarem a limitação de empenho e movimentação financeira, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.



Folha	979
Proc.	153/2008
Resp.	Cois

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

§ 3º Não se admitirá a limitação de empenho e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 4º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e despesas com pessoal e encargos.

§ 5º A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida consolidada em relação à meta fixada no Anexo de Metas Fiscais, obedecendo-se ao que dispõe o art. 31 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 23. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS A DESPESAS COM PESSOAL

Art. 24. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no art. 169, § 1º da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei específica, desde que obedecidos os limites previstos nos art. 20, 22, § único, da Lei Federal Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e cumpridas às exigências previstas nos art. 16 e 17 do referido diploma legal, ficando autorizado o aumento da despesa com pessoal para:

- I. Concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras; e
- II. Admissão de pessoal ou contratação a qualquer título.

§ 1º Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

§ 2º No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos art. 29 e 29-A da Constituição Federal.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 25. O Poder Executivo é autorizado, nos termos da Constituição Federal, a:

- I. Realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação em vigor;
- II. Realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação em vigor;
- III. Abrir créditos suplementares e especiais até o limite de 20% (vinte) do orçamento total das despesas, nos termos da legislação vigente;
- IV. Abrir créditos suplementares em virtude do excesso de arrecadação apurado no mês ou com base na sua projeção;
- V. A abrir no curso da execução do orçamento de 2019, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, até o limite dos valores efetivamente recebidos;
- VI. Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização legislativa;
- VII. Firmar parcerias com outros entes da Federação, para manutenção de suas atividades, bem como as do Município.

§ 1º A autorização prevista no inciso V é destinada para os casos em que já exista no orçamento a funcional programática completa (função, subfunção, programa, ação, categoria) e exista a necessidade da criação de outra Fonte de Recursos para a mesma classificação.

§ 2º Para atendimento ao item VI, considerar-se-á "mesma categoria de programação" a despesa que estiver alocada dentro de um mesmo Órgão, Unidade Orçamentária, Unidade Executora, Função de Governo, Subfunção de Governo, Programa de Governo, Destino (Ação) e Categoria Econômica.

Art. 26. O Município poderá conceder incentivos fiscais ao desenvolvimento de atividades na área social, cultural e de esporte mediante leis específicas.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Art. 27. Fica o Poder Executivo autorizado a custear despesas de responsabilidade de outras esferas de Governo, desde que firmados os respectivos convênios, termo de acordo, ajuste ou congêneres e haja recursos orçamentários disponíveis.

Art. 28. Para a execução dos programas governamentais pelas entidades da Administração Indireta Municipal, o Poder Executivo poderá efetuar repasses através de transferências financeiras concedidas.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual conterá relatório que demonstre os repasses financeiros a serem executados em 2019, listando os órgãos recebedores e seus respectivos valores.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, aos 18 (dezoito) dias do mês de julho do ano de 2018 (dois mil e dezoito).

EDINHO SILVA
Prefeito Municipal

DONIZETE SIMIONI
Secretário de Gestão e Finanças

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Cidadania, na data supra.

ERNESTO GOMES ESTEVES NETO
Secretário de Justiça e Cidadania em Exercício

Arquivada em livro próprio nº 01/2018. ("PC").



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 01

Vereador CABO MAGAL VERRI

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COOP. ASSUNTOS SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE EXECUTORA	- 01 - COORDENADORIA EXECUTIVA SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA	- 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
CATEGORIA ECONÔMICA	2026 - Promoção da integração com as forças de segurança que atuam no Município e realização de parcerias multisetor

CREDITA DOTAÇÃO

Secretaria Municipal de Coop. Assuntos de Segurança Pública
CREDITA: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COOP. ASSUNTOS SEGURANÇA PÚBLICA
UNIDADE EXECUTORA	- 01 - COORDENADORIA EXECUTIVA SEGURANÇA PÚBLICA
PROGRAMA	- 0031 - GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA
CATEGORIA ECONÔMICA	2063- Ações Cooperativas entre a Policia Militar do Estado de São Paulo e o Município

REFERENTE: Atividade Delegada, nos termos de convênio celebrado entre Município de Araraquara e Estado de São Paulo.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 06

Vereador JOSÉ CARLOS PORSANI

VETADA

Folha 452/993
Proc: 151/2018
Resp. Porsani



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 07

Vereador JOSÉ CARLOS PORSANI

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

ÓRGÃO	- 11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE CULTURA
UNIDADE EXECUTORA	- 1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE CULTURA
PROGRAMA	- 1 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	- 0012 - DIFUSÃO, PARTICIPAÇÃO E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS POR MEIO À CULTURA

REFERENTE: MISS ARARAQUARA - Lei Municipal n.º 6.862/2008



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 08

Vereador JOSÉ CARLOS PORSANI

[Handwritten signature]
~~VETADA~~ - ~

Folha	474485
Proc.	151/2018
Resp.	Porsani

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Folha	495488
Proc.	153/208
Resp.	Porsani

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 09

Vereador JOSÉ CARLOS PORSANI

VETADA



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 10

Vereador ZÉ LUIZ

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA AO AR LIVRE NO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBARRO, AO LADO DO POSTINHO - RUA 3, 4.



Folha 497/208
Proc. 151/208
Resp. Couz

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 11

Vereador ZÉ LUIZ

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA AO AR LIVRE NA RUA BENTO RAMALHO MACHADO S/N, NO JARDIM PARAÍSO, AO LADO DO POSTINHO.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 12

Vereador ZÉ LUIZ

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: CONSTRUÇÃO DE UM CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO DO JARDIM ACAPULCO, NA AVENIDA ENGENHEIRO PRUDENTE FERNANDES.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 13

Vereador ZÉ LUIZ

VETADA

Folha	499/900
Proc.	153/2018
Resp.	Caro



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 14

Vereador ZÉ LUIZ

VETADA

Folha	500491
Proc.	15/2017
Resp.	POW



Folha	503/02
Proc.	15/2018
Resp.	Coni

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 15

Vereador ZÉ LUIZ

VETADA



Folha	502403
Proc.	131/2018
Resp.	Coit

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 16

Vereador ZÉ LUIZ

V E T A D A



Folha 503/404
Proc. 151/2018
Resp. Coiro

MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 17

Vereador ZÉ LUIZ

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL, LOCALIZADO NA AVENIDA AUGUSTO BERNARDI – ÁGUAS DO PAIOL.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 18

Vereador ZÉ LUIZ

VETADA

Folha	504409
Proc.	151128
Resp.	Luiz



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 19

Vereador ZÉ LUIZ

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: CONSTRUÇÃO DE PISTA DE CAMINHADA NO ASSENTAMENTO BELA VISTA DO CHIBABRO.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 20

Vereador ZÉ LUIZ

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO NO CAMPO DE FUTEBOL, LOCALIZADO NO JARDIM DEL REI.

Folha 506992
Proc. 151/2018
Resp. Luiz



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 21

Vereador ZÉ LUIZ

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: CONSTRUÇÃO DE VESTIÁRIO NO CAMPO DE FUTEBOL, LOCALIZADO NO BAIRRO NOVA ÉPOCA.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 22

Vereador ZÉ LUIZ

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: REFORMA DO VESTIÁRIO DO CAMPO DE FUTEBOL "OLIVÉRIO BAZANI FILHO", NO BAIRRO JARDIM ROBERTO SELMI DEI, ENTRE OS SETORES II E III.

Folha	508499
Proc.	151/2018
Resp.	Luiz



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 23

Vereador ZÉ LUIZ

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: CONSTRUÇÃO DA QUADRA DE ESPORTES NO BAIRRO JARDIM PARAÍSO, NA RUA BENTO RAMALHO MACHADO, AO LADO DO POSTO DE SAÚDE.



MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

EMENDA Nº 24

Vereador ZÉ LUIZ

Folha 810501
Proc. 153/2018
Resp. Cuijé

AO ANEXO VI A – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS E AÇÕES POR
ÓRGÃO E UNIDADE – FÍSICO E FINANCEIRO
PROJETO DE LEI Nº 114/2018

REMANEJA DOTAÇÃO

ANULA: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

ÓRGÃO	15 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
UNIDADE EXECUTORA	1 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA	- 0011 - DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO E CONTROLE SOCIAL
CATEGORIA ECONÔMICA	2020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL/PUBLICIDADE

CREDITA DOTAÇÃO

CREDITA: R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais)

ÓRGÃO	- 02 - PODER EXECUTIVO
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	- 13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
UNIDADE EXECUTORA	-01 - COORDENADORIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER
PROGRAMA	- 034 - ESTRUTURA FUNCIONAL DE ESPORTE E LAZER
CATEGORIA ECONÔMICA	- 1025 - Construção, Reforma e Ampliação de Áreas de Lazer

REFERENTE: CONSTRUÇÃO DA ACADEMIA AO AR LIVRE NO BAIRRO VALE DO SOL. AV. ANTONIO HONÓRIO REAL, S/N, AO LADO DA ACADEMIA DE SAÚDE.